Selic terá obrigatoriedade de autenticação com dois fatores a partir de janeiro

Nova forma de acesso irá valer para o portal Selic na RTM e para o Pre-matching

A partir de12 de janeiro de 2026, passará a ser obrigatória a utilização do**segundo fator de autenticação (2FA)** no acesso ao Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), ao Portal Selic na RTM e à plataforma Pre-matching. O objetivo é adicionar uma camada extra de proteção na identificação dos profissionais das instituições que fazem parte do sistema. Com isso, o Logon (Sistema de Autenticação e Controle de Acesso) vai exigir que seja informado um código, enviado ao e-mail e ao celular (SMS) cadastrados. “Para evitar problemas em caso de dificuldades na autenticação, é importante que as instituições participantes do Selic mantenham sempre atualizados os dados de seus usuários no Logon”, afirma Francisco Vidinha, superintendente do Selic.

Receba o Informe Selic por e-mail

Com o objetivo de facilitar a adaptação das instituições e possibilitar a realização de testes, a obrigatoriedade foi ativada em homologação a partir de 9 de dezembro de 2025. Mais informações podem ser obtidas nos Informes Selic 095/2025 e 077/2024.

Em caso de dúvida, deve-se entrar em contato pelo e-mail Este endereço de e-mail está sendo protegido de spambots. Você precisa habilitar o JavaScript para visualizá-lo. ou pelos telefones 0800 200 1054 / 21 3506 8969 / 21 2114 7469.

Entenda o sistema Logon

O Logon (Sistema de Controle de Acesso) possibilita a gestão de perfis de acesso ao Selic e a seus módulos complementares. O objetivo é controlar a autenticação de usuários com base em sua função dentro da instituição participante do Selic.

Saiba mais sobre o Selic

O Selic é uma infraestrutura do mercado financeiro que opera como depositária central e sistema de liquidação dos títulos públicos federais. Além disso, faz o processamento de leilões de títulos e operações compromissadas, acolhe depósitos voluntários e efetua o cálculo diário da taxa Selic, entre outros serviços. É administrado pelo Demab (Departamento de Operações do Mercado Aberto) do Banco Central, com apoio da ANBIMA, há 45 anos.

Conheça nossa página especial sobre o Selic

Anbima prevê início do ciclo de queda da Selic em janeiro

Para o Grupo Consultivo Macroeconômico da associação, o Copom vai manter a taxa básica de juros na reunião desta semana e reduzir em 0,25 ponto percentual no início de 2026

O Grupo Consultivo Macroeconômico da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) projeta que o Copom (Comitê de Política Monetária) vai manter a Selic em 15% na última reunião de 2025, que acontece nesta semana.**A expectativa é que a taxa básica de juros comece a recuar em janeiro, com um corte de 0,25 ponto percentual.**

Para os economistas, ainda no primeiro semestre haverá três quedas consecutivas de 0,50 ponto, seguidas por outros cortes que **levarão a Selic a 12% no final do próximo ano**.

Em relação à **inflação**, a previsão para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) deste ano foi levemente revisada para baixo, passando de 4,5% para 4,4%. Para 2026, a projeção recuou de 4,2% para 4,0%.

“Nossa avaliação é que há um espaço considerável para o Banco Central cortar os juros ao longo de 2026 diante de uma atividade que já vem demonstrando desaceleração, como mostrado no resultado do PIB do terceiro trimestre, e com menos incertezas em relação às questões tarifárias com os EUA”, afirma David Beker, vice-coordenador do nosso Grupo Consultivo Macroeconômico.

A projeção de **crescimento do PIB** deste ano passou de 2,1% para 2,2% e, para 2026, foi mantida em 1,8%.

Na análise do **cenário externo**, os economistas das casas estrangeiras preveem que o Fed (Federal Reserve), o banco central americano, realize um novo corte na taxa de juros dos EUA nesta semana, com dúvidas sobre o impacto da inteligência artificial no mercado de trabalho doméstico, entre outras preocupações no radar.

No **câmbio**, a estimativa para o dólar permaneceu em R$ 5,40 ao final deste ano e em R$ 5,50 em 2026.

Na avaliação da **política fiscal**, a previsão para a dívida bruta do setor público ficou em 79,5% do PIB neste ano e em 83,8% em 2026, com as dúvidas em relação aos benefícios tributários no horizonte.

Todas as análises do nosso Grupo Consultivo Macroeconômico em breve serão disponibilizadas no Relatório Macroeconômico.

Sobre o Grupo Consultivo Macroeconômico

O Grupo Consultivo Macroeconômico é composto por 26 economistas de instituições associadas à ANBIMA. Eles se reúnem a cada 45 dias, em média, sempre na semana que antecede a reunião do Copom, para analisar a conjuntura econômica e traçar cenários para os mercados brasileiro e internacional.

Fonte: Anbima, em 09.12.2025.